



DIÁRIO

da Assembleia da República

XIV LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2020-2021)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 3 DE DEZEMBRO DE 2020

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco](#)
[Nelson Ricardo Esteves Peralta](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 3 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 582 a 587/XIV/2.ª e 589/XIV/2.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 767 a 773/XIV/2.ª.

Em declaração política, o Deputado [João Oliveira](#) (PCP) salientou a importância da realização do XXI Congresso do PCP no contexto atual da pandemia da COVID-19, respeitando todas as regras de segurança sanitária, para dar esperança e confiança aos trabalhadores. Respondeu,

depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados **Carlos Peixoto** (PSD), **José Luís Ferreira** (PEV), **Pedro Filipe Soares** (BE) e **João Paulo Correia** (PS). No final, o Presidente saudou o Deputado **Jerónimo de Sousa** (PCP) pela sua reeleição como Secretário-Geral do PCP.

Em declaração política, a Deputada **Ana Rita Bessa** (CDS-PP) teceu considerações sobre o plano de vacinação para a COVID-19, destacando um conjunto de 10 perguntas às quais o Governo deve responder para que seja um processo bem-sucedido. Respondeu, posteriormente, a pedidos de esclarecimento dos Deputados **Alberto Machado** (PSD), **João Cotrim de Figueiredo** (IL), **João Dias** (PCP), **Maria Antónia de Almeida Santos** (PS), **Moisés Ferreira** (BE) e **André Ventura** (CH).

Em declaração política, a Deputada **Inês de Sousa Real** (PAN) referiu-se à crise resultante da pandemia da COVID-19 e à necessidade de ser dada uma resposta robusta em termos sociais e económicos, em especial aos problemas que se vivem no tecido empresarial, e respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados **Helga Correia** (PSD), **Diana Ferreira** (PCP), **João Pinho de Almeida** (CDS-PP), **José Moura Soeiro** (BE) e **Hugo Oliveira** (PS).

Em declaração política, o Deputado **José Luís Ferreira** (PEV), face ao fim do contrato dos CTT para o serviço postal, chamou a atenção para a necessidade de devolver aos portugueses um serviço público postal de qualidade, que considerou ter-se degradado desde que aquela empresa foi privatizada, e respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados **Jorge Salgueiro Mendes** (PSD), **Isabel Pires** (BE), **Bruno Dias** (PCP) e **Hugo Costa** (PS).

Em declaração política, o Deputado **Porfírio Silva** (PS) salientou diversas iniciativas aprovadas no âmbito do Orçamento do Estado tendo em vista proteger as pessoas e as famílias na saúde ou afetadas pela quebra da atividade económica, do emprego e dos rendimentos. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados **Cristóvão Norte** (PSD), **André Ventura** (CH), **António Filipe** (PCP), **João Gonçalves Pereira** (CDS-PP) e **Moisés Ferreira** (BE).

Em declaração política, o Deputado **Alexandre Poço** (PSD) alertou para as dificuldades com que os jovens estão confrontados face à atual crise pandémica, económica e social, como o desemprego ou a precariedade laboral, e apelou para que se aproveitem os novos fundos europeus na construção de um Portugal de oportunidades não apenas para as novas gerações mas também para as gerações mais velhas. Deu, depois, resposta a pedidos de

esclarecimento dos Deputados **Inês de Sousa Real** (PAN), **João Pinho de Almeida** (CDS-PP), **Luís Monteiro** (BE), **Maria Begonha** (PS) e **Alma Rivera** (PCP).

Em declaração política, a Deputada **Isabel Pires** (BE) criticou o Governo pela atual situação da TAP e deu conta da apresentação de um requerimento no sentido de, com urgência, o Ministro das Infraestruturas apresentar na Assembleia da República o plano de reestruturação da empresa, após o que respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados **João Cotrim de Figueiredo** (IL), **Carlos Silva** (PSD), **Bruno Dias** (PCP) e **Carlos Pereira** (PS).

Em declaração política, o Deputado **João Cotrim de Figueiredo** (IL) insurgiu-se contra uma visão coletivista da sociedade, que diz ter sido demonstrada no debate do Orçamento do Estado, e defendeu que cabe a cada pessoa decidir e escolher o rumo que quer dar à sua vida. Respondeu, no final, a pedidos de esclarecimento dos Deputados **Cecília Meireles** (CDS-PP) e **Fernando Anastácio** (PS).

Foi apreciada a Petição n.º **5/XIV/1.ª** (FENPROF – Federação Nacional de Professores) — Em defesa da sua dignidade profissional, os professores exigem respeito pelos seus direitos, justiça na carreira, melhores condições de trabalho, em conjunto com os Projetos de Resolução n.ºs **653/XIV/2.ª** (BE) — Pela valorização da carreira docente, **660/XIV/2.ª** (PCP) — Valorização dos professores e educadores e melhoria das suas condições de trabalho e **716/XIV/2.ª** (PEV) — Atribuição de direitos devidos aos professores. Usaram da palavra as Deputadas **Joana Mortágua** (BE), **Ana Mesquita** (PCP), **Mariana Silva** (PEV), **Ana Rita Bessa** (CDS-PP), **Bebiana Cunha** (PAN), **Carla Sousa** (PS) e **Carla Madureira** (PSD).

Foi apreciada a Petição n.º **81/XIV/1.ª** (União de Resistentes Antifascistas Portugueses) — De repúdio e exigência de que se trave e abandone a anunciada criação do «Museu Salazar», com esse ou outro nome, em Santa Comba Dão. Proferiram intervenções os Deputados **António Filipe** (PCP), **Alexandra Vieira** (BE), **Rosário Gambôa** (PS), **Ana Rita Bessa** (CDS-PP), **Paulo Rios de Oliveira** (PSD) e **José Luís Ferreira** (PEV).

Foi anunciada a entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º **588/XIV/1.ª**.

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, na reunião plenária.

O Presidente (**José Manuel Paredes**) encerrou a sessão eram 19 horas e 17 minutos.

O Sr. **Presidente** (José Manuel Pureza): — Também a Sr.^a Deputada Joana Mortágua dispõe ainda de algum tempo para uma última intervenção, pelo que tem a palavra.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quem ouvir o Partido Socialista dirá que não há nada por fazer na resposta aos problemas da escola pública, com tanto que já foi feito.

A verdade é que dos problemas mais importantes que enfrentamos neste momento, daqueles que desafiam a escola pública, daqueles que põem em causa o futuro da escola pública, não há nada que não fosse previsível e que não tenha de ser resolvido.

A questão da aposentação dos professores era um problema previsível. Há quanto tempo é que o Governo sabe que 58% dos docentes se vão reformar, numa década, e que não há plano para os substituir? Há quanto tempo?

Há quanto tempo é que se sabe que não há professores novos a entrar no sistema?

Há quanto tempo é que se sabe que os professores mais jovens — e, por mais jovens, digo até 45 anos — são precários e mal pagos e que a ideia de que a carreira de professor é atrativa para os alunos que entram na faculdade já não existe? Há quanto tempo é que se sabe?

Há quanto tempo é que o Partido Socialista e o Governo prometem resolver estes problemas? Há quantos anos é que estudam os problemas e que soluções estruturais apresentaram até hoje? Nenhuma! Pelo contrário, de um impulso inicial da alteração da norma-travão, proposta pelo Bloco de Esquerda,...

O Sr. **Presidente** (José Manuel Pureza): — Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Concluo já, Sr. Presidente.

Desse impulso inicial, a vinculação extraordinária de professores, por proposta do Bloco de Esquerda, já nada resta. A única coisa que se faz é arrastar os problemas, empurrá-los com a barriga, enquanto as escolas vão ficando, cada vez mais, sem professores.

O Sr. **Presidente** (José Manuel Pureza): — Obrigado, Sr.^a Deputada. Tem mesmo de terminar.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — E há uma coisa que é certa: sem se dignificar a carreira dos professores não se vai resolver o problema da falta de professores na escola pública.

O Sr. **Presidente** (José Manuel Pureza): — Concluímos, assim, o debate deste ponto da nossa ordem de trabalhos.

Passamos, agora, ao terceiro ponto, que consiste na apreciação da Petição n.º 81/XIV/1.^a (União de Resistentes Antifascistas Portugueses) — De repúdio e exigência de que se trave e abandone a anunciada criação do «Museu Salazar», com esse ou outro nome, em Santa Comba Dão.

Está inscrito, para uma primeira intervenção, pelo Grupo Parlamentar do PCP, o Sr. Deputado António Filipe.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A União de Resistentes Antifascistas Portugueses apresentou a presente petição, subscrita por mais de 11 000 cidadãos, para que se abandone a anunciada criação do «museu Salazar», com esse ou outro nome, no respeito dos valores inscritos na Constituição da República e dos milhares de cidadãos que foram vítimas do regime fascista do Estado Novo.

A memória museológica da ditadura, que oprimiu o povo português durante quase meio século, que explique às jovens gerações o que foi o fascismo e que faça a pedagogia dos valores da liberdade e da democracia não se faz com a criação de lugares de congregação de saudosistas do passado. A casa onde viveu o ditador nunca seria um local de estudo e um centro interpretativo do Estado Novo, mais não seria do que um local de romagem de saudosistas, invocador de alegadas virtudes de Salazar e do seu regime, branqueador de todo um lastro de repressão, de atraso e de miséria que o salazarismo representou para Portugal.

A memória museológica que a democracia deve à ditadura é a memória de quem lhe resistiu, é o Museu Nacional Resistência e Liberdade, no Forte de Peniche, é o Museu do Aljube Resistência e Liberdade, em Lisboa, é a musealização da antiga cadeia da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) no Porto, na rua do Heroísmo.

O espólio de Salazar, digno de estudo, está no Arquivo Nacional da Torre do Tombo à disposição dos investigadores.

Entre os primeiros subscritores desta petição estão cidadãos e cidadãs democratas de diferentes sensibilidades, profissões e regiões: médicos, advogados, juristas, operários, escritores, empregados, académicos, autarcas, membros de entidades de turismo, ex-presos políticos, jornalistas, músicos, sindicalistas, professores, estudantes, artistas e militares de Abril.

Esta petição não é contra Santa Comba Dão e o seu povo, pelo contrário. Santa Comba Dão é muito mais do que a terra onde, acidentalmente, nasceu um ditador. Vale muito mais do que isso e tem condições de valorização e desenvolvimento que dispensam visitantes indesejáveis. Santa Comba é uma cidade estimada e estimável, a apologia de Salazar não o é.

A Lei n.º 74/78, de 6 de outubro, proíbe as organizações que perfilhem a ideologia fascista, define-as como as organizações que mostrem pretender difundir ou que difundam, efetivamente, os valores, os princípios, os expoentes, as instituições e os métodos característicos dos regimes fascistas, nomeadamente o corporativismo ou a exaltação das personalidades mais representativas daqueles regimes.

Num momento em que forças políticas de extrema-direita, apologistas do ódio, do racismo e da xenofobia e branqueadoras do fascismo emergem, em vários países do mundo, como uma ameaça real à liberdade e à democracia, mais importante se torna que em Portugal, país que foi oprimido por meio século de ditadura fascista, as forças democráticas não faltem à chamada e digam «não» a iniciativas como a da criação de um museu alusivo a Salazar. Seria uma afronta a todos os que, lutando pela liberdade, sofreram a prisão, a tortura ou o assassinato às mãos de uma ditadura que conduziu o País à miséria, que só a Revolução de Abril libertou.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (José Manuel Pureza): — A próxima intervenção cabe ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Alexandra Vieira.

A Sr.^a **Alexandra Vieira** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por saudar a União de Resistentes Antifascistas Portugueses e os 10 000 peticionários.

A petição explica as razões que estiveram na sua origem: a pretexto de aumentar a atratividade do interior, a Câmara Municipal de Santa Comba Dão retoma a ideia da construção de um centro interpretativo, designado por «Estado Novo».

Esta intenção dará origem a um museu ao ditador, tornando-se num local de evocação da sua memória e do que é considerado o seu legado.

Ora, há um legado de 48 anos de ditadura, que teve por base o Estado Novo, expressão usada pela primeira vez na Constituição de 1933 e que define o regime político em vigor, em Portugal, até 25 de Abril de 1974 — um único partido, poucos Deputados, eleições ocasionais, simuladas, fraudulentas, e que beneficiavam sempre o candidato do regime.

Durante a mais longa ditadura, Portugal teve o maior índice de mortalidade infantil da Europa e dos mais elevados do mundo. Não havia médicos, rede elétrica, água canalizada nem saneamento na generalidade do País.

A política de construção das grandes obras públicas destinou-se, sobretudo, a favorecer a oligarquia económica, dona de toda a indústria. O condicionamento industrial limitava a iniciativa e só com autorização se criava uma pequena indústria ou um negócio.

A maior parte das pessoas trabalhavam na agricultura, com salários baixos, que as mantinha na pobreza. Por isso, emigravam clandestinamente, a salto. Outros davam o salto para fugir à guerra em África, que

sacrificou uma geração inteira de jovens para manter as colónias e recusar a independência aos povos há demasiado tempo debaixo do jugo colonial.

Quase todas as pessoas eram analfabetas e submissas a estruturas de poder patriarcais e não seculares. Na escola primária, os manuais, imutáveis, tinham mensagens de endoutrinamento e de enaltecimento do ditador. Para prosseguir estudos, era necessário viver perto de uma cidade. Havia liceus para quem ia para a universidade e escolas técnicas para os filhos dos trabalhadores. A escola era assumidamente reprodutora das desigualdades sociais, e, utilizando uma expressão tão cara à direita, o elevador social nem sequer existia.

No entanto, muitos foram aqueles e aquelas que resistiram, que lutaram na clandestinidade, que se exilaram, que foram censurados, deportados, torturados, assassinados ou mortos, vidas de resistência e de luta, que importa homenagear e perpetuar na memória e a pensar nas gerações futuras. Direta ou indiretamente, com exclusão das elites apoiantes do regime, todos os portugueses e portuguesas têm memórias vivas das dificuldades, da falta de liberdade e da opressão. Alguns estão aqui sentados.

São estes portugueses e portuguesas que temos de homenagear, perpetuando na memória coletiva a sua luta pela liberdade.

Para isso, como dizem os peticionários, a prisão do Aljube, a Fortaleza de Peniche ou a sede da PIDE no Porto, locais de tortura e de morte dos resistentes antifascistas, devem ser os centros interpretativos do que foi a ditadura salazarista. O campo de concentração do Tarrafal deveria fazer parte deste conjunto. Nele sofreram e morreram portugueses e muitos dos que lutavam pela independência.

A Assembleia e a Comissão Permanente já condenaram a criação deste centro interpretativo. Defendê-lo é trair a memória de milhares de vítimas e dos milhões de portugueses e portuguesas que viveram sob o jugo de umas das mais violentas, trágicas e longas ditaduras da contemporaneidade, bem como um agravo aos portugueses e às portuguesas de hoje e, sobretudo, às gerações que hão de vir.

Por isso, o Bloco de Esquerda condena e condenará sempre qualquer tentativa de recontar a História nesses termos e que traem as vítimas da ditadura salazarista e os portugueses em geral. Esperamos não estar sozinhos nesta decisão.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (José Manuel Pureza): — A próxima intervenção cabe ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Rosário Gambôa.

A Sr.^a **Rosário Gambôa** (PS): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento as Sr.^{as} e os Srs. Deputados e faço uma saudação muito especial a todos os peticionários que aqui se encontram, saudando neles o testemunho da memória dos milhares de vítimas do regime do Estado Novo, uma memória que não pode ser obliterada ou esquecida.

A preservação do estudo da História é um dever cultural e político, pois é em torno da memória, do seu lastro de valores, que se reconstrói e atualiza a identidade coletiva de um povo, de uma comunidade.

Neste contexto, é relevante que estendamos a nossa saudação aos diversos centros de investigação que têm vindo, de forma sistemática e rigorosa, a estudar o Estado Novo, saudando os seus historiadores e cientistas sociais, que preservam e trazem à luz a verdade escondida em arquivos feitos secretos, contribuindo, com o seu trabalho, para pôr fim à dormência da ignorância, que alimenta a ideia de uma ditadura como um autoritarismo bem intencionando, o «português suave» dos «brandos costumes», fazendo-se, assim, cúmplice de atrocidades e crimes.

Quero saudar também os equipamentos museológicos, como o Museu do Aljube, a Cadeia da PIDE no Porto ou o Tarrafal em Cabo Verde, edificados no lugar de sofrimento das vítimas e saudar os professores e todos os que ensinam a aprender a democracia pelo estudo e compreensão dos erros, refletindo sobre a responsabilidade que todos temos para que amnésia não se instale e os valores da ética democrática se consolidem.

A história, Srs. Deputados, constrói-se pelo estudo de factos e da sua desocultação e análise crítica. E os factos não são neutros. E menos neutros são os valores que inspiram uma conceção de vida e comunidade: a liberdade e a democracia.

A petição que hoje se discute neste Plenário funda-se aqui, e concretiza-se nas críticas e suspeitas sobre a pretensão de se criar em Vimieiro, Santa Comba Dão, um «centro de interpretação do Estado Novo», sediado na antiga escola-cantina Salazar.

Segundo a Câmara Municipal de Santa Comba Dão e a ADICES- Associação de Desenvolvimento Local, promotora do projeto em parceria com a CIM (comunidade intermunicipal), o mesmo tem por objetivo a implementação no território de uma rede de centros interpretativos ligados à História e à memória política da I República e do Estado Novo, que visa — passo a citar — «criar um conjunto de espaços de divulgação histórica», convocando «um conjunto de recursos de enorme valor na memória de Portugal e da Europa», os quais «constituem fatores determinantes de competitividade» e desenvolvimento local, agregando «o potencial turístico do território».

Os proponentes declaram convictamente a importância deste projeto e que o mesmo não visa exaltar a figura do ditador, mas, tão-só, divulgar a História numa perspetiva formativa e pedagógica. Por tudo isto, chegados aqui, só podemos admitir que a pretensão, em si, é compreensível e os objetivos também, mas talvez o caminho escolhido não seja o mais adequado.

Pouco ainda sabemos, à data, sobre a concretização real da referida rede no terreno e do seu programa e conteúdos. Contudo, por enquanto, o núcleo irradiador ou fundador desta rede é o centro de interpretação do Estado Novo, a concretizar em edifícios ligados à memória de António de Oliveira Salazar.

Independentemente dos méritos deste projeto específico, não nos parece prudente avançar com um centro interpretativo sediado neste local e neste equipamento. E mais imprudente nos parece a iniciativa quando, na atualidade, quer a nível europeu, quer a nível nacional, assistimos ao florescer de movimentos e ideologias nacionalistas de cariz totalitário, cuja tendência para fazer do local um centro de peregrinação saudosista já se manifestou no passado recente.

Afirmava, em setembro de 2019, um dos especialistas consultores do projeto, João Paulo Avelã Nunes: «Sabemos que, perante ditadores de ditaduras que ocorreram há poucas décadas, não se fazem casas-museus, a menos que se queira branquear».

Ora, será que o projeto acautela este facto evidenciado por um dos seus protagonistas?

Sem o desejarmos, podemos estar a incubar um ovo de serpente, numa rede que até pode e deve ser virtuosa, se gerada fora desta conotação estreita e perigosa.

Valerá repensar estas interrogações à luz das lições que a própria História nos tem mostrado, evitando revisionismos duvidosos que degeneram em higienizações, em naturalizações do mal, em berços de «verdades alternativas», legitimados em emoções irracionais exaltadas.

Pode, e será até desejável, sim, a construção de uma rede de centros interpretativos da I República e do Estado Novo, uma rede de conhecimento e testemunhos da nossa História, que resgate a memória do combate permanente pelos valores da democracia e da liberdade, demonstrando a razão de ser e o valor dessa luta, para que nos responsabilizemos pela continuidade e sentido que lhe damos no presente.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (José Manuel Pureza): — A próxima intervenção cabe ao Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Rita Bessa.

A Sr.^a **Ana Rita Bessa** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Saúdo, democraticamente, os perto de 10 400 peticionários que, em total liberdade, tomaram a iniciativa cívica de apresentar esta petição. E liberdade é uma palavra-chave nesta discussão.

Como se recordarão e já foi aqui mencionado, esta matéria em discussão não é nova no Parlamento, já veio aqui várias vezes. E creio ser relevante sublinhar, mais uma vez, que não há neste projeto a pretensão de criar um museu evocativo ou laudatório do fascismo nem de exaltar a figura de Salazar. O que se pretende é

criar, em Santa Comba Dão, um centro de interpretação do Estado Novo, um centro de estudos e investigação que abordará esta parte significativa da História de Portugal do século XX.

Em tempos como o presente, em que há inúmeras tentações e tentativas de reescrever a História, há um dever de a estudar e investigar para compreender o passado no seu contexto e permitir que o futuro seja livre de todos os ciclos que nos minimizam, sejam eles quais forem e de que ideologia extremista vierem.

No entendimento do CDS, querer apagar a História é um ato profundamente antidemocrático, do qual só podemos discordar.

No respeito pela Constituição, tem de haver liberdade, essa expressão tão importante em democracia, para todos estes projetos. E, por definição, a liberdade não pode ser controlada ou seletiva.

Por isso, discordamos da posição aqui assumida pelo PCP, ou, em Comissão, pelo Bloco de Esquerda, que disse que a história da ditadura do século XX só se faz noutras instalações, como no Forte de Peniche, na cadeia da PIDE, no Porto ou no Aljube.

Por último, esta não é matéria da competência da Assembleia da República e até mesmo a Sr.^a Ministra da Cultura, quando consultada pelo Parlamento sobre esta petição, remeteu o assunto para as autarquias envolvidas.

A associação promotora local, a ADICES, ouvida em comissão, explicou que o seu objetivo é — e cito — ter «um conjunto de espaços de divulgação histórica sem vocação ideológica» tendo, para tal, estabelecido um protocolo com o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra.

Além deste centro interpretativo do Estado Novo, a rede que se quer desenvolver também integra o Centro de Interpretação da Estância Sanatorial do Caramulo, em Tondela, a Casa-Museu António José de Almeida, em Penacova, e a Casa-Museu Afonso Costa, em Seia.

Segundo a ADICES — e cito —, «esta rede visa a promoção e o aprofundamento da democracia e do desenvolvimento integrado de um vasto território da região Centro, bem como dar a conhecer a participação destes territórios na história política do século XX português».

Com todo o respeito, termino, reiterando o que foi afirmado pelo CDS, em 2008, sobre este assunto: preocupam-nos talvez mais ainda hoje as demonstrações vivas de todas as tiranias do que a investigação histórica e a preservação de um edifício que encerrará poucos objetos iguais a tantos outros a propósito de um tempo que todos achamos bem já ter passado.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (José Manuel Pureza): — Cabe agora a vez de intervir ao Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira, do PSD.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Começo por cumprimentar o Sr. Presidente e as Sr.^{as} e os Srs. Deputados, cumprimentando também os mais de 10 000 peticionantes desta petição, que nos trouxeram este tema.

Vamos tentar não reduzir isto a «quem apoia é antifascista, quem não apoia é fascista», porque o assunto não pode ser reduzido a coisas tão simples.

Srs. Deputados, para avaliar da pertinência ou fundamento das preocupações contidas na presente petição, temos de colocar várias questões, e a primeira seria, talvez, se o período chamado «Estado Novo», bem como todas as ditaduras ou Estados totalitários, devem ser esquecidos ou devem ser lembrados. Devem ser ocultados ou devem ser expostos na sua imensa desumanidade e ofensa à dignidade das pessoas e dos povos? Mostrar é branquear ou mostrar é lembrar para que não se esqueça ou repita?

Creio que os nossos pais merecem que se saiba e os nossos filhos precisam conhecer. Não se esconda o que foi o holocausto nazi, o inferno de Auschwitz, a ditadura franquista, o fascismo de Mussolini ou o totalitarismo soviético de Estaline.

Outra questão: a quem se pode ou deve acometer a construção, o modelo e os conteúdos de um centro destes? Quem nos oferece os valores, a credibilidade, o rigor histórico e técnico para mostrar a verdade do que foi o Estado Novo — e a verdade é feia?

Segundo a informação que é pública, este projeto reúne um conjunto de entidades acima de qualquer suspeita ou preconceito, como sejam cinco autarquias — ou seja, o poder local democrático — e a consultora do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra. Algumas destas entidades ofende, provoca, assusta ou transporta em si os piores propósitos? Creio que não. E o nome? Ao arrepio do que invocam os subscritores da petição hoje em discussão, em local algum é invocado o nome «museu Salazar», e os nomes são, de facto, importantes. Há nomes, designações ou títulos que matam as mais nobres intenções e transmitem a mensagem errada. O que pensar de «museu Salazar», ou, pior, de «casa-museu Salazar», se fosse em casa dele?

A vulgarização do conceito à volta da pessoa física que mais o popularizou correria o risco de provocar o efeito romagem-homenagem que, estou crente, mais se quer evitar. Mas tudo indica que estamos perante um conjunto de centros interpretativos que, a par da interpretação e exibição do que foi a I República e o Estado Novo, enquadram projetos, por exemplo, e aqui com total propriedade, relativos à figura de Aristides de Sousa Mendes.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, ser antifascista e opositor ao Estado Novo antes do 25 de Abril era resistir, denunciar, suportar a prisão, o exílio, a tortura e até a morte. Ser antifascista depois do 25 de Abril, ser antifascista em 2020 é não permitir que o Estado Novo se esqueça, se branqueie ou, para usar uma expressão da moda, se faça de um ditador um ditador fofinho!

Acreditamos na nobreza dos propósitos dos seus promotores, acreditamos na credibilidade das entidades múltiplas que suportam e enquadram o projeto.

Ficamos com uma preocupação, preocupação essa que não tem ainda resposta, pois o projeto carece de integral concretização: que públicos pode e deve este centro atrair? Os académicos, as escolas, as novas gerações e todos os que viveram submetidos ao Estado Novo, ou os que pretendem celebrar, fazendo do local destino de romagem e homenagem?

Creemos que o maior desafio será certamente o de definir o modelo que faça as escolhas certas para os propósitos certos que norteiam este projeto.

Termino, com uma palavra justa de homenagem a todos os que combateram o Estado Novo e que permitiram que eu esteja aqui hoje a dizer o que disse, em liberdade e sem censura ou punição.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (José Manuel Pureza): — A última intervenção cuja inscrição a Mesa regista cabe ao Sr. Deputado José Luís Ferreira, de Os Verdes.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **José Luís Ferreira** (PEV): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: As minhas primeiras palavras são para, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes», saudar os milhares de cidadãos que subscreveram esta petição, que fizeram uso deste importante instrumento da nossa democracia, que se quer participada, que é a petição, e que, através dela, nos fazem chegar a sua indignação e repúdio a propósito da anunciada criação do museu Salazar, com esse ou outro nome, em Santa Comba Dão. E quero saudar, muito particularmente, os peticionários que estão connosco a acompanhar os trabalhos, e que, apesar da hora, dão mostras, de facto, de muita resistência, uma saudação que, naturalmente, também queremos estender à URAP, a União dos Resistentes Antifascistas Portugueses, não só por ter dinamizado e promovido esta petição, mas também por todo o trabalho que, ao longo do tempo, tem vindo a desenvolver em defesa dos valores da nossa democracia. E, como primeira nota, Os Verdes querem deixar claro que, tal como os peticionantes, também consideramos que a intenção de criar o dito centro de interpretação do Estado Novo mais não pretende do que procurar reabilitar a sinistra figura do ditador Salazar e do fascismo, o regime que oprimiu os portugueses durante quase meio século.

Esta é uma intenção que, a nosso ver, deve preocupar todos os democratas e, mais ainda, uma ofensa aos portugueses que, corajosamente, contra esse regime lutaram, em defesa da liberdade, da democracia, da paz e da justiça social e uma ofensa, mais sentida ainda, à memória dos milhares de vítimas do regime fascista. Mas trata-se ainda de uma intenção que não só nada tem a ver com os valores que norteiam o nosso quadro constitucional, bem pelo contrário, como ainda, em concreto, entra, grosseira e frontalmente, em conflito com o

n.º 4 do artigo 46.º da *Constituição da República Portuguesa* que, recorde-se, proíbe todas as organizações que partilhem a ideologia fascista, mas também com a Lei n.º 64/78, que, no n.º 1 do seu artigo 3.º, afirma expressamente que se considera partilharem a ideologia fascista as organizações que mostrem adotar, defender, pretender difundir ou difundir os valores, os princípios, as instituições e os métodos característicos dos regimes fascistas que a História regista, nomeadamente o corporativismo ou a exaltação das personalidades mais representativas daqueles regimes.

Portanto, Os Verdes partilham integralmente das preocupações e do sentimento de repúdio e indignação mais do que justificada que nos é trazida pelos milhares de cidadãos que subscreveram a petição que agora estamos a discutir.

O Sr. **Presidente** (José Manuel Pureza): — Terminamos, assim, este ponto da nossa ordem de trabalhos e a ordem do dia desta sessão.

Peço ao Sr. Secretário da Mesa, Deputado Diogo Leão, que dê conta à Câmara de algumas informações.

O Sr. **Secretário** (Diogo Leão): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, deu entrada na Mesa, e foi admitido, o Projeto de Lei n.º 588/XIV/2.^a (PCP).

Sr. Presidente, informo agora das presenças das Sr.^{as} e Srs. Deputados que assistiram à reunião plenária de hoje por videoconferência: os Deputados do PS Luís Moreira Testa, Marcos Perestrello, Marta Freitas, Miguel Matos e Sofia Araújo e o Deputado do PSD Sérgio Marques.

O Sr. **Presidente** (José Manuel Pureza): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, passo a informar-vos da ordem do dia da sessão de amanhã.

O Plenário reúne às 10 horas, tendo como primeiro ponto da ordem do dia o debate de urgência, requerido pelo Grupo Parlamentar do PSD, subordinado ao tema «A pandemia e as suas implicações nas políticas de habitação», ao abrigo do artigo 72.º do Regimento.

O segundo ponto consta da discussão conjunta da Proposta de Lei n.º 63/XIV/2.^a (GOV) — Procede à suspensão excecional de prazos associados à sobrevivência e caducidade de convenção coletiva de trabalho e dos Projetos de Lei n.ºs 10/XIV/1.^a (PCP) — Repõe o princípio do tratamento mais favorável, elimina a caducidade da contratação coletiva e regula a sucessão de convenções coletivas de trabalho (décima sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro), 74/XIV/1.^a (BE) — Promove a contratação coletiva, procedendo à décima sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e 130/XIV/1.^a (PEV) — Consagra a reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador e a eliminação da caducidade da contratação coletiva (décima sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro).

O terceiro ponto da ordem de trabalhos consta da apreciação conjunta do Projeto de Resolução n.º 729/XIV/2.^a (PS) — Recomenda ao Governo um conjunto de medidas para utilização mais eficaz e eficiente dos fundos da União Europeia, nomeadamente no âmbito da Política de Coesão, do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum e do Plano de Recuperação da União Europeia, da discussão, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 589/XIV/2.^a (IL) — Criação e manutenção do Portal da Transparência por uma entidade independente e dos Projetos de Resolução n.ºs 714/XIV/2.^a (PSD) — Recomenda ao Governo que apresente à Assembleia da República relatórios trimestrais sobre a negociação e a execução dos fundos europeus atribuídos a Portugal ao abrigo do Programa *Next Generation* e do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 e a respetiva implementação do plano de recuperação económica Portugal 2020-2030 e 748/XIV/2.^a (BE) — Recomenda ao Governo que proceda à criação de uma plataforma pública demonstrando, de forma transparente, acessível e territorializada, a alocação dos fundos europeus atribuídos a Portugal através do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 e do fundo de recuperação Próxima Geração EU.

Haverá, depois, uma interrupção e, às 15 horas o Plenário será retomado, com a apreciação do Relatório sobre a Aplicação da Declaração do Estado de Emergência, no período de 9 a 23 de novembro de 2020.

Em quinto lugar, será debatido o pedido de renovação do estado de emergência.

A seguir à apreciação destes pontos haverá um debate preparatório do próximo Conselho Europeu, com a participação do Primeiro-Ministro, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei de Acompanhamento,